

Trabalho e fé na Idade Média: reflexões lexicais e cognitivas

Work and faith in the Middle Age: lexical and cognitive reflections

*Eliane Santos Leite da SILVA**

RESUMO: Objetivamos, com o presente artigo, socializar reflexões sobre possíveis relações estabelecidas pelo homem medieval, religioso, católico, entre sua vida de fé e o seu trabalho, seja negando-o ou supervalorizando-o em sua prática religiosa. Assim o trabalho não será entendido apenas como parte da vida e da rotina, mas como construtor de uma ideologia a ser seguida, que mescla a vivência religiosa à social. Ancoramos teoricamente nosso estudo na Semântica Cognitiva, no que tange à Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], 1999; LAKOFF, 1987) em seus desdobramentos mais recentes. A coleta de dados seguiu a busca lexical e interpretativa, de cunho semântico-cognitivista, em textos científicos, de cunho historiográfico e teológico, sobre as conceptualizações do trabalho na Idade Média; desse modo, observamos como a construção do discurso sobre esse tema pode nos oferecer pistas lexicais e semânticas sobre as principais formas e entendimento do que significava, para esse sujeito, o trabalho, em seu contexto. Outros estudiosos aqui considerados foram: Le Goff (2013), Houtart (1982), De Masi (2001), Dreher (2013), Aquino (2014), dentre outros. Alguns resultados

ABSTRACT: The aim of this article is to socialize reflections on possible relationships established by medieval, religious and Catholic man, between his life of faith and his work, either denying it or overestimating it in his religious practice. Thus, work will not only be understood as part of life and routine, but as a builder of an ideology to be followed, which blends religious and social experience. We theoretically anchor our study on Cognitive Semantics with respect to the Theory of Conceptual Metaphor (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; 1999; LAKOFF, 1987) in its most recent developments. The data collection followed the lexical and interpretative search, semantic-cognitivist, in scientific texts, historiographic and theological, on the conceptualizations of work in the Middle Ages; Thus, we observe how the construction of discourse on this theme can offer us lexical and semantic clues about the main forms and understanding of what work meant for this subject in its context. Other scholars considered here were: Le Goff (2013), Houtart (1982), De Masi (2001), Dreher (2013), Aquino (2014), among others. Some results point to the following metaphorical conceptualizations of work: RELIGIOUS WORK IS SOCIAL PRIVILEGE, WORK IS

*Doutora em Letras (Língua e Cultura) – UFBA. Docente IFBaiano-GM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6758-1776>. elianesleite1@hotmail.com

apontaram para as seguintes conceptualizações metafóricas do trabalho: TRABALHO RELIGIOSO É PRIVILÉGIO SOCIAL, TRABALHO É RELAÇÃO DE TROCA, TRABALHO É PAGAMENTO. O presente estudo possibilitou a percepção de que como se deram alguns processos de conceptualização através dos mapeamentos entre domínios de conhecimentos diversos, sejam eles históricos, sociais ou religiosos.

EXCHANGE RELATIONSHIP, WORK IS PAYMENT. The present study allowed the perception that how some conceptualization processes occurred, through the mapping between different domains of knowledge, be they historical, social or religious.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Conceptualização. Idade Média. Trabalho. Fé.

KEYWORDS: Lexicon. Conceptualization. Middle Ages. Job. Faith.

1 Considerações iniciais

É preocupação comum entre as ciências semânticas e lexicais o estudo das formas de compreensão das formas de significação pelo ser humano, a respeito de fenômenos diversos. A partir da década de 80, o foco teórico-metodológico das referidas ciências tem sido redirecionado para questões de ordem contextual e que considerem a inteireza das relações sociais do homem em seu entorno: uma perspectiva que ultrapassa o plano linguístico. Assim, ao debruçarmo-nos sobre um fenômeno linguageiro, convém, a partir da presente preocupação semântica, partir de preocupações também experienciais, corporais e filosóficas sobre o homem relacionado ao fenômeno em estudo, conforme propõem Lakoff e Johnson (2002 [1980]) em seus estudos sobre a ubiquidade da metáfora nas nossas formas usuais de conceptualização do mundo.

Ao apresentar uma reflexão a respeito dos fenômenos conceptualizadores do trabalho, na Idade Média, o presente estudo levou em conta elementos oferecidos por documentos da investigação científica histórica e teológica sobre os séculos XII e XIII. A preocupação central do presente escrito foi perceber como o homem medieval religioso se relacionava com o trabalho em suas expressões de fé, ora negando-o, ao

aderir a alvos de ordens mendicantes por exemplo, ora extrapolando em sua práxis da vida laboral, realçando-lhe um aspecto sagrado. O material sobre o qual nos debruçamos compôs-se por textos dispostos por estudiosos em suas contribuições historiográficas e teológicas que entendemos ser documentos passíveis de análise por responderem a uma construção ideológica e discursiva específica.

Com esse fim, optamos pelo caminho interdisciplinar para a identificação dos sentidos de modo a romper com o binômio “conhecimentos linguísticos” *versus* “conhecimentos enciclopédicos”, recorrendo, nesse sentido, a leituras de áreas afins que se debruçam sobre o referido período da era medieval a fim de entender as relações homem – trabalho como um fenômeno complexo. Desse modo, consideramos estudiosos da História, da Teologia e da Linguística. Mais especificamente, os primeiros, nas vozes dos estudiosos Le Goff (2013), Houtart (1982) e De Masi (2001); os teólogos considerados foram Dreher (2013) e Aquino (2014).

Para alcançarmos os fins aqui sumariamente delineados, organizamos o presente texto nos seguintes pontos: o segundo subtópico, intitulado *A conceptualização metafórica em Semântica Cognitiva*, em que apresentamos o aparato teórico-metodológico do qual lançamos mão no referido estudo, mais especificamente a perspectiva de conceptualização no âmbito da Semântica Cognitiva e, em especial, da Teoria da Metáfora Conceptual, proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]). No terceiro subtópico – *Influências mitológicas sobre o trabalho na Idade Média* – traçamos uma breve retrospectiva da percepção do trabalho, a partir de narrativas mitológicas fundantes (mais especificamente do Gênesis bíblico e do mito grego de *Prometeu*) e como tais concepções teológico-filosóficas perduraram até a Idade Média; no quarto e último subtópico – *Relação trabalho e fé: o homem medieval e sua vivência religiosa* – situamos alguns aspectos metodológicos e, em seguida, analisamos as formas de conceptualização do trabalho identificadas nos textos que apontam para a relação entre a vida laboral e religiosa do homem medieval católico ao partirmos das

ocorrências identificadas nos textos dos historiadores e teólogos consultados. Após seguirem-se as *Considerações finais*, e, finalmente, listam-se as *Referências* consultadas.

2 A conceptualização¹ metafórica em Semântica Cognitiva

Tradicionalmente, a metáfora é tratada enquanto uma estratégia retórica, limitada ao contexto literário em que se associa à chamada “linguagem figurada” ao gerar uma significação nova fundamentando-se em um conceito já familiar ao falante. Por conta disso, a metáfora era compreendida como um adorno para o texto cumprindo sua funcionalidade enquanto figura de linguagem.

Na contemporaneidade, os estudos semântico-cognitivos privilegiam a análise das projeções conceptuais que ocorrem entre os domínios do conhecimento, no processo de significação. Nesse aspecto, em 1980, com a publicação de *Metaphors We Live By*², por George Lakoff e Mark Johnson, veio a público a sistematização da *Teoria da Metáfora Conceptual* (doravante TMC) que nos serviu de lastro teórico para este estudo.

A referida teoria postula que as conceptualizações ocorrem, aprioristicamente, por meio de metáforas e metonímias e que esta não é uma opção consciente dos falantes (como se fosse uma escolha entre linguagem figurada ou literal), mas, sim, a base cognitiva de suas formas de conceptualizar o mundo, de sorte que a linguagem – as chamadas “expressões linguísticas” – espelha a complexa rede de formas de compreensão do mundo. Assim faz-se necessário acessar esta complexidade cognitiva por meio das estruturas linguísticas à disposição do estudioso, no caso em questão, as formas lexicais que estruturam o pensamento. Tal perspectiva pode ser ilustrada, quando Lakoff e Johnson (2002 [1980]) analisam a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA.

¹ A opção pela escrita seguindo a variante do Português Europeu (“conceptualização”, ao invés de “conceitualização”) é uso corrente nos escritos em Semântica Cognitiva no Brasil e decidimos segui-la. O mesmo vale para suas palavras derivadas.

² Traduzida, em 2002, para o português, sob o título *Metáforas da vida cotidiana*.

Os autores não só apontam expressões linguísticas que lhe dizem respeito, mas também os comportamentos sociais que trazem à tona essa mesma metáfora, mesclando o aspecto linguístico ao experiencial, como citamos:

É importante perceber que não somente falamos sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão. Vemos as pessoas com que discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas. Ganhamos e perdemos terreno. Planejamos e usamos estratégias [...]. Muitas das coisas que fazemos numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. É nesse sentido que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos na nossa cultura; ela estrutura as ações que realizamos numa discussão. (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 47. Grifos dos autores).

Assim sendo, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) destacam que as conceptualizações têm, notadamente, motivações culturais de modo que, em uma comunidade na qual as discussões não são compreendidas com associação conceptual à guerra, essa construção metafórica terá outros mapeamentos. Uma ilustração para essa perspectiva pode ser apontada em determinadas tribos indígenas nas quais certas disputas são resolvidas através de rituais que envolvem lutas corporais: ao invés de buscar vencer o oponente com uma argumentação verbal, a estratégia usada naquela determinada cultura será uma disputa físico-corporal, sendo, então, vencedor quem primeiro subjugar fisicamente seu oponente. Essa forma de conceptualizar a disputa, ainda assim, evocaria a mesma metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, mas o faria, através de outros domínios da experiência, como o domínio corporal, excluindo as elucubrações verbais ou escritas. Sobre esse aspecto, Ibarretxe-Antuñano (2010, p. 54) defende a metáfora como o lugar “onde confluem a linguística, a ciência e a cultura”³. Assim, “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”

³ Tradução nossa do original: “donde confluyen la lingüística, la ciencia y la cultura”.

(LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 48)⁴, o que sugere não haver, como se defendia na tradição semântica clássica, a necessidade de haver semelhanças apriorísticas entre os conceitos a serem projetados uns nos outros.

Por exemplo, entre “discussão” e “guerra”, tal semelhança é criada conceptualmente pelo sujeito, em determinada cultura, sendo que o conceito de *guerra* vai estruturar parcialmente o conceito de *discussão*, de onde se tomam as noções de *domínio fonte* e *domínio alvo*, que são, respectivamente, o domínio mais familiar e o domínio desconhecido do falante, em que as estruturas conceptuais do primeiro são projetadas no segundo, constituindo os chamados *mapeamentos* (ou *projeções*) *entre domínios* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

O que ocorre é uma estruturação, de modo sistemático, na medida em que há uma espécie de pré-seleção de determinadas expressões linguísticas através das quais se pode estabelecer o processo de conceptualização ao apontar para decisões do falante/escrevente quando este destaca determinados elementos de um conceito a serem projetados em outro. “Uma parcela da rede conceptual de guerra caracteriza parcialmente o conceito de discussão, e a língua segue essa caracterização” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 50). Desse modo, ao tratar da discussão com referências lexicais da guerra, não são todos os aspectos da guerra que são tomados pelo falante para explicar (ou estar envolvido em) uma discussão, mas alguns deles, por exemplo, as estratégias de ataque, o posicionamento dos oponentes ou os resultados dos conflitos. Dificilmente, por outro lado, haverá a projeção entre os domínios fonte e alvo de questões que digam respeito às vestimentas dos oponentes, à alimentação no campo de batalha, dentre outros exemplos. Essa característica aponta para a sistematicidade do funcionamento da metáfora que, mesmo sendo um fenômeno inconsciente, pode

⁴ Os autores pontuam ainda que as projeções são parciais, pois, se fossem totais, “um conceito seria, de fato, o outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 57), o que seria tautológico, portanto, antieconômico linguisticamente.

ser acessado pela linguagem, conforme citamos a ilustração proposta por Lakoff (1990):

A metáfora pode ser explicada como um mapeamento (no sentido matemático) de um domínio-fonte (neste caso, viagens) para um domínio-alvo (neste caso, o amor). O mapeamento é solidamente estruturado. Existem correspondências ontológicas que determinam quais elementos do domínio do amor (por exemplo, o casal, seus objetivos comuns, suas dificuldades, o relacionamento em si etc.) se correlacionam, de modo sistemático, com quais elementos no domínio da viagem (os viajantes, o veículo, os destinos etc.) [...]. O mapeamento possui ainda correspondências epistêmicas, nas quais o conhecimento sobre viagens é mapeado para o conhecimento sobre o amor. Tais correspondências nos permitem pensar sobre o amor da mesma maneira que pensamos sobre uma viagem [...]. As correlações ontológicas mapeiam esse cenário de viagem (às vezes, chamado de “estrutura do conhecimento” pelas ciências cognitivas) para um cenário correspondente de amor, em que se encontram alternativas correspondentes para as ações. Cria-se, então, o cenário correspondente de amor, fruto da aplicação das correlações ontológicas a essa estrutura de conhecimento.

Em 1987, com a publicação da obra *Women, fire, and dangerous things*, George Lakoff amplia as discussões propostas inicialmente pela TMC, a respeito do caráter interdisciplinar das análises em Semântica Cognitiva, sobre o desenvolvimento da razão como sendo corporificada e extremamente relacionada às experiências vivenciadas no mundo. De acordo com a TMC, os estudos linguageiros não devem ser abordados de forma componencial, mas, sim, holística, visto que a corporeidade humana é evidenciada em quaisquer movimentos interpretativos que realize.

Nesse sentido, Lakoff e Johnson (2002 [1980], 1999) defendem que a metáfora não se constitui um “fim” em si mesmo, mas um meio de acesso às formas conceptualizadoras subjacentes: “a linguagem metafórica seria uma consequência, um reflexo, da capacidade de pensar metaforicamente que é nossa maneira mais comum

de pensar”⁵ (NUBIOLA, 2000, p. 83). No processo analítico é possível observarmos que “as metáforas conceptuais são esquemas abstratos, que servem para agrupar expressões metafóricas. Uma expressão metafórica, ao contrário, é um caso individual de uma metáfora conceptual” (CUENCA; HILFERTY, 2007 [1999], p. 100)⁶. A partir desta perspectiva, Lakoff (1987) advoga que a metáfora não está limitada a formas linguísticas (estas são as *expressões linguísticas* das diversas *metáforas conceptuais* as quais se acesse).

É nesse aspecto que o presente estudo sobre as formas de conceptualização do trabalho, na Idade Média, apresenta preocupações linguístico-conceptuais, abordando para além das formas lexicais as elaborações conceptualizadoras inferíveis por nosso olhar interpretativo a respeito das metáforas ou metonímias então subjacentes nos textos acessados.

3 Influências mitológicas sobre a conceptualização do *trabalho* na Idade média

Passemos, através deste subtópico, a um brevíssimo levantamento de algumas concepções sobre a categoria *trabalho*, em uma perspectiva histórica e cultural, concentrando-nos nos aspectos teológicos e filosóficos que acreditamos ter influenciado a forma de pensar do homem medieval, sobre a referida categoria.

Ao longo da história, observa-se um movimento cíclico de valorização, desvalorização e revalorização do trabalho tanto de um grupo dominante quanto da chamada classe-que-vive-do-trabalho. A esse respeito, Antunes (1995) considera que as mais profundas crises enfrentadas no mundo do trabalho afetam as subjetividades e as consciências dos trabalhadores além de suas formas de representação. Vê-se o

⁵Tradução nossa do original: “El lenguaje metafórico sería entonces una consecuencia, un reflejo, de la capacidad de pensar metafóricamente, que es nuestra manera más común de pensar”.

⁶Tradução nossa do original: “Las metáforas conceptuales son esquemas abstractos, que sirven para agrupar expresiones metafóricas. Una expresión metafórica, en cambio, es un caso individual de una metáfora conceptual”.

traçado da história contemplando as marcas deixadas pelo sujeito envolvido com o trabalho e que revela muito também de seu tempo, de sua história e de seu mundo, possibilitando ao pesquisador entender, inclusive, outros aspectos da própria história do trabalho por meio de um vislumbre de como as conceptualizações podem ser ora reflexos de uma época, ora agentes transformadoras de outra época. Dessa forma, a fim de compreender as formas de conceptualização do *trabalho* no período medieval, em uma perspectiva histórica, optou-se por uma breve digressão sobre textos que, de certa forma, acreditamos ter influenciado seu modo de pensar.

Partimos das narrativas da criação, considerando a relação das civilizações judaica e grega com o mundo do trabalho, para então, retomar algumas informações sobre o mundo medieval, abordando discussões referentes às representações do trabalho em uma vivência de fé conforme propostas por diferentes estudiosos. O trabalho será pensado com foco na ação humana e não como uma categoria de análise estanque. Passemos, então, a discutir tal construção.

A partir do olhar judaico-cristão, a narrativa bíblica da Criação aponta para o estabelecimento do homem (Adão) como o cuidador do Jardim do Éden (portanto como *trabalhador*). O relato bíblico aborda a já existência do trabalho como missão para Adão, não perspectivando ainda o trabalho de forma negativa, como se depreende do seguinte texto: “O Eterno levou o Homem para o jardim do Éden, para que cultivasse o solo e mantivesse tudo em ordem” (PETERSON, 2011, GÊNESIS, cap. 2, ver. 15)⁷. Assim, o sustento do homem adviria do próprio jardim, desde que fosse cultivado. Porém, a narrativa aponta que, através da desobediência a uma ordem divina, o trabalho é reconfigurado no Éden e assume um caráter punitivo, sacrificial e passa a ser meio de sustento para o ser humano: “[...] maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos também ti produzirá; e

⁷ Em outra versão, o texto assim expressa: “E tomou, o SENHOR Deus o homem e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar” (ALMEIDA, 1995, GÊNESIS, cap. 2, ver. 15).

comerás a erva do campo. No suor do teu rosto, comerás o teu pão [...]” (ALMEIDA, 1995, GÊNESIS, cap. 3, ver. 17-19).

Le Goff (1989) comenta esta passagem bíblica:

A interpretação da condenação ao trabalho, do Gênesis, domina a antropologia da Idade Média. É a luta entre duas concepções do trabalho/canseira e do homem no trabalho. De um lado, insiste-se no carácter de maldição e de penitência do trabalho, do outro, insiste-se nas suas potencialidades como instrumento de resgate e de salvação.

A narrativa bíblica sugere uma quebra das relações outrora harmoniosas entre Deus e os humanos e, conseqüentemente, apresenta as limitações que passariam a enfrentar, a exemplo do sofrimento em sua lida com o trabalho, especialmente àquele relacionado à produção na terra. Nesse sentido, Laner (2005, p. 39) aponta que a “expulsão do Paraíso teve como consequência dramática a erupção do tempo na consciência do homem, sendo o trabalho a figura material da temporalidade humana. Deste modo, o trabalho se opõe ao repouso”⁸.

Ainda no âmbito das narrativas criacionais, tomamos, da mitologia grega, o *Mito de Prometeu*, narrado por Hesíodo⁹. Em sua primeira narrativa, a *Teogonia*, Hesíodo apresenta a origem dos deuses, a criação do homem e o enfrentamento de Zeus e Prometeu quando o último oferece a Zeus um sacrifício ilegítimo, o que atrai a punição de Zeus à humanidade, tirando-lhes o fogo. Como retaliação, Prometeu rouba o fogo de Zeus e o presenteia novamente à humanidade no ato de sua criação. Zeus, ao criar a mulher, *Pandora* (outra forma de punição à humanidade) através da qual a humanidade conhecerá todos os males em sua existência, após a abertura da chamada “caixa de Pandora”. Com o roubo do fogo divino, a relação que se estabelece com as

⁸ A relação trabalho *versus* tempo também é discutida por Le Goff, nos ensaios *Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador* (LE GOFF, 2013, p. 58-82) e *O tempo do trabalho na crise do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno* (LE GOFF, 2013, p. 83-101).

⁹ Também citado por Platão (*Protágoras*) e Ésquilo (*Prometeu*).

reflexões sobre trabalho passa pelo que Lafer (1991, p. 63-64) salienta: “[...] Prometeu oferece aos homens o fogo ‘técnico’; passa-se assim do fogo ‘natural’ ao fogo ‘cultural’ [já que] tendo escondido o fogo, o homem, desfalcado, precisa trabalhar para subsistir”.

Após a criação da mulher e da quebra da relação mais intrínseca entre deuses e homens, destacam-se três elementos que distinguem a natureza humana da divina: “o sacrifício, a agricultura-alimento e a sexualidade-casamento” (LAFER, 1991, p. 62). Desse modo, o trabalho, novamente, é percebido como revelador da precariedade da condição humana, mais do que meramente como atividade que visa ao seu sustento. Além disso, percebemos a noção de trabalho como atividade geradora de criação e alimento para o homem.

Arendt (2007), em sua obra, *A condição humana*, relaciona, por meio dessa narrativa de Hesíodo, as categorias *ação*, *labor* e *work*, como sendo aspectos diferentes do trabalho. Sua discussão gira em torno da ideia do “trabalho como um processo de libertação da condição humana” (ARENDRT, 2007, p. 12). Citamos, ainda, a autora, ao afirmar que:

a principal diferença entre o emprego aristotélico e o posterior emprego medieval da expressão [*vita activa*] é que o *bios politikos* denotava explicitamente somente a esfera dos assuntos humanos, com ênfase na ação, *práxis*, necessária para estabelecê-la e mantê-la. Nem o labor nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas. (ARENDRT, 2007, p. 21).

Nesse caso, entendia-se que somente o modo contemplativo de vida oferecia verdadeira liberdade aos homens.

Em seu outro poema épico, *Os trabalhos e os dias*, datado provavelmente do final do século VIII a.C., Hesíodo dirige seu poema a seu irmão Perses, devido a uma

disputa por herança. Pode-se traçar paralelos entre o trabalho e o desgaste físico. Como ressalta Moura (2012), os trabalhadores são “homens que precisam do trabalho diário para viver. Eles vivem da terra (secundariamente, da navegação comercial) e dependem do esforço dos próprios braços para que a terra produza”.

Destaca-se que a noção de trabalho na obra de Hesíodo, no entanto, não deve ser confundida com a noção atual generalizante enquanto atividade humana que visa ao lucro, mas se relaciona com a atividade específica do agricultor, de modo que, em Hesíodo, o trabalho não é honrado, antes, é uma imposição:

Os deuses colocaram-no no caminho da prosperidade; ele é o resultado da separação entre deuses e homens narrada no mito de Prometeu e Pandora, e por isso se reveste em parte de uma aura de punição. Trabalhar não é, contudo, vergonhoso [...]. A possível alegria do trabalho é a da percepção de que se está realizando com eficácia a atividade de que depende a nossa sobrevivência. (MOURA, 2012, p. 26).

Nessas duas obras hesiodianas, percebem-se ênfases distintas do autor: em *Teogonia*, ocorre a exploração das ações dos deuses, visto ocorrer em um mundo paralelo à realidade humana, buscando a explicação mítica para a tal realidade; já em *Os trabalhos e os dias*, Hesíodo aborda o mundo dos homens, dependentes do trabalho para sua sobrevivência, em suas lutas e suas limitações reveladoras da sua condição mortal, que os difere dos deuses e dos animais, como aponta Lafer (1991).

Reconhecemos algumas semelhanças entre as referidas perspectivas de *trabalho* e aquelas identificadas no contexto medieval da Europa ocidental, aproximadamente nos séculos XII e XIII d.C. Nesse aspecto, é interessante pensarmos, a partir deste ponto da discussão, na estrutura social de então, permeada por valores morais e religiosos do Catolicismo romano, a partir das leituras de outros estudiosos, a fim de pinçarmos informações que apontarão para a(s) forma(s) como o trabalho era conceptualizado, a partir de vivências de fé.

4 Relação trabalho e fé: o homem medieval e sua vivência laboral-religiosa

A nossa proposta, com o presente estudo, foi realizar um exercício hermenêutico a fim de apreender as relações entre trabalho e fé na Idade Média, a partir da construção discursiva e das escolhas lexicais e conceptuais que historiadores e teólogos nos disponibilizaram através de suas escritas. Dessa forma, tomamos o próprio discurso sobre a história medieval como o foco de análise por entendermos como sendo um conveniente *corpus* de pesquisa.

Nesse sentido, a proposta analítica que seguimos, leva em conta os conhecimentos enciclopédicos sobre a conjuntura social medieval, portanto, os *modelos cognitivos culturais*, por entendermos ser, assim, possível, acionar um aparato interpretativo consistente. Cabe ressaltarmos que esta análise baseou-se em informações colhidas a partir de informações histórico-sócio-culturais a respeito do trabalho em sua relação com a fé na Idade Média, já que as formas de conceptualização não estão isoladas das formas de os seres humanos colocarem-se no mundo. Não significa, em nenhuma hipótese, pensarmos ser esta uma apresentação definitiva a respeito do tema, mas apenas um recorte dentre a gama de investigações já publicadas a respeito da Idade Média, as quais seria humanamente impossível termos abraçado, dados nossos limites de tempo, espaço e experiência leitora para a composição do presente artigo.

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram os seguintes passos: a leitura de alguns capítulos de obras de cunho historiográfico e teológico sobre os temas *trabalho na Idade Média*, *fé na Idade Média*, *ordens religiosas da Idade Média*, *história da Igreja na Idade Média*, dentre outros; em seguida, selecionamos trechos em que percebemos a conceptualização de *trabalho*, predominantemente por metáforas conceptuais. Cabe ressaltar que o critério para a identificação das ocorrências referentes ao *trabalho* não foi exclusivamente lexical, mas, sim, contextual. O que implica em dizer que não buscamos apenas a *palavra* “trabalho” para identificar a *conceptualização de trabalho*.

Ainda que na maioria das vezes ela apareça, o *contexto* da ocorrência também aponta para o entendimento sobre a categoria em análise.

Por fim, na medida em que tentamos traçar um apanhado histórico sobre o período medieval, no lastro temporal dos séculos XII e XIII, optamos por, concomitantemente, proceder às análises das ocorrências que apontam para trabalho e fé. Por uma questão de sistematização, numeramos entre parênteses os trechos que consideramos como ocorrências para análises.

A seguir, passemos às ocorrências que apontam para a conceptualização do *trabalho* nos trechos em destaque, seguidas das suas respectivas análises semânticas e lexicais.

Um dos medievalistas a cuja obra tivemos acesso foi Jacques Le Goff. O autor defende que a estrutura religiosa medieval entre os séc. XII e XIII, predominantemente católica, era fortemente influenciada pelo trabalho em suas diversas nuances. Não é gratuitamente que o autor apresenta sua defesa por uma *teologia do trabalho* estabelecida pela Igreja cujas bases envolvem textos sagrados paulinos como 2Ts 3.10: “Quem não quer trabalhar, não come”. Assim, o trabalho foi um dos alicerces sob o qual a Igreja pode estabelecer suas bases de fé, visando a sua expansão. Assim, o autor apresenta a estrutura social medieval como *tripartite*, composta (de uma forma geral) por religiosos, soldados e trabalhadores:

(1) Se a ordem dos *oratores* – os clérigos – acabou admitindo ao seu lado, em um lugar eminente, a ordem dos *bellatores* – os senhores – entendeu-se com estes para considerar com o maior desprezo a ordem inferior dos trabalhadores – os *laboratores*. Assim, o trabalho é *desconsiderado, compromissado com a indignidade da classe à qual está reservado* (LE GOFF, 2013, p. 211. Grifos nossos).

E ainda, em texto anterior, assim se coloca:

[...] o mundo do trabalho, representado essencialmente pelos camponeses, cujas condições jurídico-sociais tendem a unificar-se e

que, com o produto do seu trabalho, possibilitam a vida das outras duas classes. Sociedade aparentemente harmónica, complementar, onde os trabalhadores gozam de uma promoção, se não social, pelo menos ideológica. (LE GOFF, 1989, p. 14).

Ratificando essa perspectiva mutante de como se encarava o trabalho, surgem novas configurações nas quais o trabalho deixa de obedecer, progressivamente, a um esquema mais engessado e passa a transitar por outras formas de compreensão do homem e seu lugar na sociedade. A este respeito, Almeida (2007, p. 10) pontua que “O esquema tripartido, em face da variação dos quadros sociais e sob o efeito da crescente divisão do trabalho, transformou-se em esquemas mais complexos, ajustados às diferenças relativas às estruturas sócio-econômicas”.

Pensando especificamente sobre o trabalho dos religiosos, percebemos que não deixam de gozar de prestígio e de respeito social. De modo que, como aponta Franco Júnior (2001, p. 99): “os trabalhos litúrgicos absorviam a quase totalidade do tempo dos monges. O trabalho manual foi abandonado aos camponeses [...]. O trabalho intelectual foi relegado a segundo plano”. E tal era a relevância do referido ofício, que “pode-se concluir que o homem inserido nessa esfera [religiosa] exercia seu papel de trabalhador e seu esforço era dispensado, a fim de promover essa intermediação entre o plano sagrado e o profano” (ALMEIDA, 2007, p. 42). Nesse caso, o trabalho a ser dispensado seria aquele de caráter físico; visto que as atividades litúrgicas eram consideradas com mais prestígio em comparação com os demais tipos de trabalho. Como aponta Migeotte (2005): “[Santo Agostinho] em um de seus sermões sobre os salmos, caracteriza como um esforço penoso (*labor*) sua própria tarefa de predicador”, e assim cita Agostinho: “É um labor tanto anunciar quanto escutar a palavra de verdade. Esse labor, irmãos, nós o suportamos com um espírito apaziguado [...]”. (MIGEOTTE, 2005, p. 40).

A partir dessa perspectiva, observamos algumas formas de conceptualização de *trabalho*, considerando o olhar medievo sobre o mesmo, ao identificar, na ocorrência

em (1), uma construção metafórica geral que permeia esta cosmovisão, a saber, ATIVIDADE RELIGIOSA É TRABALHO¹⁰, que sugere outros desdobramentos, como: RELIGIOSO É TRABALHADOR, TRABALHO RELIGIOSO É SUPERIOR, TRABALHO RELIGIOSO É PRIVILÉGIO SOCIAL, dentre outros.

Ainda sobre a referida estrutura social, Le Goff, em um ensaio intitulado *Nota sobre sociedade tripartida: ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII*, destaca o seguinte:

(2) Essa imagem conceitual da sociedade estava em conexão com novas estruturas sociais e políticas. Mas, como todo instrumento conceitual, esse esquema não tinha somente como objetivo definir, descrever, explicar uma situação nova. *Era também um instrumento de propaganda.* [...]

A ordem clerical é caracterizada pela oração, o que indica talvez uma certa primazia atribuída ao poder monástico, mas que se refere sobretudo à natureza essencial do poder clerical, que vem de sua *capacidade especializada de obter, pelo exercício profissional da oração, o auxílio divino*. Rei dos oradores, o monarca participa de certa maneira da natureza e dos *privilégios eclesiásticos e religiosos*, e por outro lado, mantém com a ordem clerical relações ambivalentes de protetor e protegido da Igreja. (LE GOFF, 2013, p. 103, 107, 108. Grifos nossos).

Em (2), observamos que a organização social não é fortuita. Antes, atende aos interesses dos poderes dominantes; no caso em questão, da Igreja. Assim, quando Le Goff (2013) entende a estrutura tripartite como uma forma de propaganda, refere-se justamente à luta pelo poder, tanto de cunho ideológico, quanto social. Assim, notamos a metáfora conceitual geral ESTRUTURA SOCIAL É PROPAGANDA. Em relação à ordem clerical, que ocupava o topo da pirâmide social, percebemos que

¹⁰ Em Semântica Cognitiva, é convencional o uso de maiúsculas para apontar as metáforas conceituais deduzidas do texto e itálico para destacar as expressões linguísticas que se remetem às respectivas metáforas. Por exemplo, a metáfora TEMPO É DINHEIRO pode ser observada a partir de expressões linguísticas como “Não tenho tempo *sobrando*”, “Preciso *negociar* o meu tempo”, “Vamos *ganhar* tempo”, dentre outras.

TRABALHO RELIGIOSO É MEIO PARA ALCANÇAR PODER, o que implica em desdobramentos como ORAÇÃO É INSTRUMENTO, CLÉRIGO É CANAL, TRABALHADORES RELIGIOSOS SÃO PRIVILEGIADOS. Aqui, observamos que ocorrem projeções de sentidos de um domínio do conhecimento para outro (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). Porém, ao invés da ocorrência de um domínio mais conhecido ou familiar (concreto) para outro menos familiar (abstrato), percebemos uma projeção inversa: o autor parte de um domínio mais abstrato da experiência – a fé – para elucidar questões referentes à estrutura social que analisa com foco no trabalho (domínio mais concreto). Assim, o domínio fonte é a fé e o domínio alvo é o trabalho.

Ratificando a ideia da legitimação do poder através de agentes religiosos, ainda citamos Houtart (1982), quando comenta a formação de estruturas de poder, via religião, em sociedades pré-capitalistas:

(3) A presença de agentes religiosos nas engrenagens do poder, tanto político quanto econômico, fortalece as conotações religiosas da ética e os laços entre esta e as crenças religiosas. É o caso das castas ou ainda do sistema sócio-político dos judeus na época de Jesus. [...] Esse recurso à religião na representação da relação social está intrinsecamente ligado ao fato de que se trata de uma relação de troca fundada na apropriação de um bem comum natural por um grupo, apropriação impossível de determinar por argumentos objetivos. [...] Pode-se notar a função central desempenhada pelas organizações religiosas, cujos agentes constituem os mediadores necessários para a manutenção da posição hegemônica da classe no poder. (HOUTART, 1982, p. 245).

Percebemos em (3), a metáfora conceptual RELIGIÃO É MEIO PARA ALCANÇAR O PODER, evidenciada por expressões linguísticas como: *recurso à religião na representação da relação social* (ou seja, buscar-se-á na religião esse agente), *a função central desempenhada pelas organizações religiosas, cujos agentes constituem os mediadores necessários para a manutenção da posição hegemônica*. A expressão *uma relação de troca fundada na apropriação de um bem comum natural por um grupo* evidencia o caráter de negociação que tramita nas relações de poder: de um lado, ganha-se prestígio e

obediência dos fiéis; de outro, as benesses de quem mantinha-se no poder por conta de tal influência. Percebemos a construção metafórica RELIGIÃO É MOEDA DE TROCA. Ou seja, as práticas laborais que envolvessem esse modo de produção estaria subserviente ao mesmo sistema gerando uma sub-metáfora: TRABALHO É RELAÇÃO DE TROCA, como o autor sugere, em outro ponto, ao discutir sobre o modo de produção feudal:

(4) No modo de produção feudal, é na medida em que controla o acesso aos meios de produção que o poder político se arroga o direito de dispor do excedente produzido por uma classe camponesa vinculada à terra. Essa relação de dependência total não pode se apresentar como natural, pois implica num direito de dispor dos indivíduos e da natureza. Entretanto, é importante que ela pareça natural, a fim de poder suscitar o consenso da classe dominada. Isso implica em recorrer a uma terceira força, ao mesmo tempo exterior e superior às forças em presença, suscetível de poder legitimar o direito da classe no poder e possibilitar a aceitação da outra classe. O discurso religioso expressa sempre um mesmo tema: a atribuição da posse da terra a um ser divino (deus abstrato ou personagem real divinizada), que depois a concede por delegação aos agentes de uma classe senhorial ou sacerdotal. O camponês produtor tem a impressão de que esses intermediários são indispensáveis para assegurar sua sobrevivência. E a classe no poder considera natural beneficiar-se, como recompensa à função que cumpre. (HOUTART, 1982, p. 246).

A ocorrência em (4) resume bem, ao nosso ver, a relação trabalho-fé no modo de produção feudal, predominante, nos séc. XII e XIII, no Ocidente católico. O autor destaca que a tentativa de estabelecer uma teocracia não tinha motivações inocentes, antes, respondia aos interesses de poder da classe clerical, em querer continuar exercendo seu poder sobre o povo. Temos que as formulações religiosas (litúrgicas e filosóficas, no caso dos “discursos”) como um canal, através do qual se atinge um fim: inicialmente, a cessão da posse da terra à Igreja, e depois o estabelecimento de poderes locais, a uma elite predeterminada.

Desse modo, repete-se a metáfora conceptual RELIGIÃO É MEIO PARA ALCANÇAR O PODER, mas especifica-se que LITURGIA É INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO. O resultado será uma mão de obra barata, subserviente a interesses da elite: “O camponês produtor tem a impressão de que esses intermediários são indispensáveis para assegurar sua sobrevivência.”. Ao enfatizar que é o “camponês produtor”, entendemos que se trata do *trabalhador*, portanto, tem-se em troca, o trabalho como pagamento por um serviço que lhe estaria sendo prestada pelo clero. Ao mesmo tempo, o autor aponta que o trabalhador *tem a impressão* da importância de tal intermediação do clero. Estaria ele sugerindo que o trabalhador não seria tão “inocente” quanto se pinta no senso comum? Seria este um “explorado consciente”, e mesmo assim, pela ausência de forças ou articulação, deixar-se-ia explorar pelo clero? São conjecturas que o texto nos provocam. Temos um imiscuir metafórico muito complexo com algumas implicações, seguindo possíveis mapeamentos:

CLERO É DIVINO (superior, inquestionável, senhor)

CAMPONÊS / TRABALHADOR É SERVO (obediente, subserviente, pagante)

TRABALHO É PAGAMENTO (diante dos serviços “prestados” pelo clero)

CLERO É EXPLORADOR – TRABALHADOR É EXPLORADO –

TRABALHO É ILUSÃO (trabalha-se por impossibilidade de reação contrária, trabalhar é um fardo).

De Masi (2001), a respeito dessa relação de privilégios dos tipos diferentes de trabalho, na Idade Média, associada com a vida religiosa intensa, pontua que alguns inventos estiveram estritamente relacionados com objetivos pragmáticos, motivados pelo trabalho e a prática litúrgica, como citamos:

(5) Devia caber mesmo à Idade Média – que ficou marcada na história corrente pela centralização na vida religiosa e mística – a tarefa de interromper o sono multissecular do progresso técnico com algumas invenções fundamentais para o avanço da humanidade. A invenção do

relógio, a difusão da bússola, do moinho d'água, dos modernos arreios de cavalo, a pólvora, a vela moderna permitiram a substituição de muita mão-de-obra e determinaram a grande onda de desocupação tecnológica que se traduziu na libertação dos escravos e sua transformação em servos da gleba. *No mesmo período, a invenção do purgatório lançou uma ponte entre o céu e a terra, contribuindo, através do comércio de indulgências, para um acúmulo de capital que favoreceria o nascimento da primeira burguesia na Europa cristã.* (DE MASI, 2001, p. 57. Grifo nosso).

Observamos como o autor entrelaça questões teológicas às vivências comerciais que culminaram com outros elementos em desenvolvimento social. Percebemos em (5) a metáfora TRABALHO É MEIO DE LUCRO. De modo que ao considerarmos, por esta ocorrência, a atividade discursiva do clero como um tipo de trabalho, entendemos, por inferência, que ATIVIDADE RELIGIOSA É MEIO DE LUCRO como uma abordagem metafórica plausível, nesse sentido.

Ao falar em noções como de “purgatório”, difundidas na Idade Média e combatida grandemente pela Reforma Protestante, os teólogos Grün (2014) assim se expressa:

(6) A Igreja adere à maximização dos lucros com o comércio de indulgências e de relíquias. A crítica de Lutero à Igreja se inflama por causa do negócio com o perdão dos pecados, marcado pelos versos do pregador de indulgências João Tetzel: ‘Assim que o dinheiro retine na caixa, a alma salta fora do purgatório’. A Igreja [...] instituiu o purgatório a fim de criar uma base, fundamentada em termos religiosos para o comércio de indulgências. Dessa maneira, lucros e riqueza não levam mais à danação eterna, mas se tornam uma falta reparável, um pecado que é perdoado por meio de pagamentos à Igreja. O lucro do comerciante é, por um lado, de maneira inerente ao sistema, o objetivo do negócio, a finalidade última do seu trabalho. (p. 36).

Na ocorrência supracitada, observamos que, mesmo que o lucro (ou a avareza) fosse considerado moralmente como pecado mortal, a prática do lucro, quando devidamente “associada” à Igreja, era passível de perdão. Observamos como o autor

apresenta o conceito de purgatório associando-o diretamente com os rituais religiosos, quando aponta que a Igreja tem no purgatório a “base para o comércio de indulgências”. Assim sendo, tem-se um ciclo vicioso, começando pelo comerciante que deseja lucro (fruto de seu trabalho), cometendo o pecado da avareza e buscando perdão por este pecado, junto à Igreja (que exige pagamentos por isso), ou seja, o trabalho se converte em uma moeda de troca, atendendo a, no mínimo, dois objetivos básicos: lucrar e, em seguida, comprar o perdão pelo pecado de ter lucrado. Assim, em (6), observamos a metáfora conceptual TRABALHO É MOEDA DE TROCA, em que temos o domínio fonte *atividade comercial*, projetando-se, com novos significados, em outro domínio, o da *atividade religiosa*, a fim de que se construa o domínio alvo *trabalho*.

Após esse apanhado mais generalizante sobre aspectos sobre os modos de produção medievais, e as relações de exploração hierarquicamente estabelecidas, aproximemo-nos de autores que discutem como as ordens religiosas se enquadravam nesse sistema, e como o trabalho era, nesse outro contexto, também, associado diretamente à vida de fé.

Ao observarmos o que diz Dreher (2013), a respeito da dicotomia entre aspectos da “pobreza apostólica” e do “poderio eclesiástico”, entendemos que determinados grupos de religiosos passaram a se opor a determinadas práticas opulentas correntes no clero, como a exploração dos pobres e o acúmulo de bens materiais, via manipulação das massas. Tais movimentos contradizentes geraram novas ordens ou subdivisões no seio da Igreja, e geraram movimentos independentes, que seguiam outros vieses em sua prática religiosa, liderados, geralmente, por bispos ou monges, que realizaram releituras do texto sagrado e decidiram romper, seja de forma brusca, ou mais branda, com as posturas clericais, especialmente, no que tange às riquezas, sendo, em sua maioria, considerados hereges, e sofrendo a retaliação da Igreja, via Inquisição.

Aquino (2014), ao traçar um breve perfil sobre a história da Igreja, focalizando os movimentos religiosos e seus desdobramentos teológicos, especifica que pelo menos dois grupos se insurgiram: os considerados hereges ou “desviados” (aqueles que romperam bruscamente com os propósitos de enriquecimento da Igreja) e os chamados “ortodoxos”, que, embora não partilhassem com as práticas de enriquecimento e exploração, não romperam definitivamente com o clero. Entre os que compunham o segundo grupo é que se situa o movimento iniciado por Francisco de Assis, a respeito do qual veremos algumas ponderações de estudiosos, a fim de finalizarmos nossa empreitada analítica.

Apresentando um breve perfil biográfico de Francisco de Assis, Aquino (2014) assim expõe:

São Francisco, “um dos Santos que abalaram o mundo”, nasceu em Assis (1181). Até os 23 anos de idade levou vida leviana, à procura da glória do mundo; queria ser cavaleiro, como era frequente na Idade Média. Todavia um período de cativo e uma doença grave contribuíram para que se convertesse totalmente para Deus. Passou a ser o cavaleiro da pobreza, que amava as aventuras heroicas. A partir de 1204, pôs-se a levar vida de penitência e oração, tratando de pobres e doentes e reerguendo capelas caídas na região de Assis. Juntaram-se-lhe doze companheiros, com os quais foi a Roma pedir ao Papa Inocêncio III licença de pregar – o que lhe foi concedido, contanto que se limitasse a pregação de penitência. (p. 5).

Também sobre sua vida, Dreher (2013) destaca que após a sua conversão, Francisco assume um novo estilo de vida: abandona as benesses familiares, os estudos, e passa a se identificar com os pobres e doentes da terra. Nesse ínterim, os textos evangélicos aos quais teve acesso tiveram um relevante papel como influenciadores sobre sua nova proposta de vida religiosa: optou por estar onde o povo estivesse, identificando-se com ele em suas misérias e atrocidades, escolhendo para si palavras-

chave como *humildade, renúncia à propriedade, luta contra o dinheiro, pregação, trabalho e mendicância*. A respeito das duas últimas, citamos o autor:

(7) A vida dos frades deveria ser possibilitada com *trabalho e mendicância*. Originalmente, inclusive, o trabalho é a regra, e a mendicância, a exceção. A sequência, porém, alterou-se paulatinamente. Francisco nada via de reprovável na mendicância. Para ele, o pobre não é o preguiçoso, aquele que foge do trabalho, mas a pessoa que a si mesmo se humilha e na qual o próprio Cristo pode estar oculto, assim como no leproso. Com essa postura, Francisco transformou-se no pai do movimento das ordens mendicantes. [...] Enquanto os movimentos medievais atacavam a igreja rica, as ordens mendicantes atacavam o novo sistema econômico, baseado no dinheiro. (DREHER, 2013, p. 200).

Na presente ocorrência vemos uma reconceptualização do trabalho, de certa forma atribuindo-lhe e depois negando-lhe valor de honra. Primeiramente, observamos que a ordem franciscana sobrevivia *pelo trabalho*. Assim, metaforicamente temos que TRABALHO É MEIO DE SOBREVIVÊNCIA. As atividades laborais eram, literalmente, um meio para que não viessem a morrer de fome. Porém, com o passar do tempo, o meio para a sobrevivência passa a ser a prática da mendicância. Dessa forma, o trabalho perde o seu status naquela comunidade; passa-se a entender que pedir, também é um tipo de trabalho, donde observamos a conceptualização: MENDICÂNCIA É TRABALHO. Assim, se aglomeraram a Francisco pessoas com objetivos semelhantes, a tal ponto de comporem uma *ordem religiosa*.

O próprio abandono do trabalho, por Francisco e seus seguidores (DREHER, 2013) nos dá pistas para percebermos que houve uma ruptura com o ideal anterior de trabalho como honra, ou como mercadoria de troca, para então ser meramente o meio de subsistência, e que, se necessário e mais plausível fosse, seria substituído por outra estratégia (e como de fato o foi, em relação à mendicância). Assim, em (7), temos o domínio fonte *relações de fé* projetando-se no domínio alvo *trabalho*, em mais uma

situação na qual domínios da experiência altamente abstratos são projetados metaforicamente, a fim de criar novas formas de conceptualização.

5 Considerações finais

A análise aqui realizada apontou para formas de conceptualização predominantemente metafóricas, em que foi possível observarmos as relações estabelecidas entre trabalho, fé e estrutura social. As escritas sobre a história (ou diríamos ainda, quaisquer escritas) são ricas em subjetividades e intencionalidades e é esta característica que abre um mundo de possibilidades ao estudioso do léxico.

Ter observado textos de divulgação científica, nas áreas de história e teologia, a respeito da Idade Média, nos permitiu constatar o quanto o pensamento metafórico está ubicado nas formas lexicais e como as formas conceptualizadoras estão fortemente motivadas ideológica e culturalmente que nem sempre são evidentes em uma leitura de caráter apenas linguística dos textos.

Referências

ALMEIDA, A. A. D. **Contribuição para o estudo do campo semântico “trabalhador” no português arcaico**. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ALMEIDA, J. F. de. **Bíblia sagrada**. Edição Revista e Corrigida. Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

ANTUNES, R. **As metamorfoses no mundo do trabalho**. Trabalho apresentado no XIX International Congress of Latin American Studies Association (LASA), Washington, USA, 30/09/1995.

AQUINO, F. **História da igreja: os movimentos em prol da pobreza**. 2014. Disponível em: <http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-os-movimentos-em-prol-da-pobreza/>. Acesso em 24 maio 2016.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Editorial Ariel AS, 2007 [1999].

DE MASI, D. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DREHER, M. N. **História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

FRANCO JÚNIOR, H. **A idade média: nascimento do ocidente**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GRÜN, A. **Trabalho e espiritualidade**. Tradução de Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOUTART, F. **Religião e modos de produção pré-capitalistas**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Humanismo, ciencia y lingüística (cognitiva): ¿incompatibles o complementarios? *In*: QUEROL, M. (ed.) **El futuro de las humanidades**. II volumen de artículos en homenaje al profesor D. Ángel López García. Valencia: Servei de Publicacions de la Universitat de València, 2010. p. 49-70. Disponível em: www.angellopezgarcia.es/homenajealopez.pdf. Acesso em: 14 maio 2015.

LAFER, M. de C. N. **Hesíodo, os trabalhos e os dias** (primeira parte). São Paulo: Iluminuras, 1991.

LAKOFF, G. A hipótese da invariância: o pensamento abstrato está baseado em esquemas de imagem? *In*: SIQUEIRA, M.; OLIVEIRA, A. F. S. de (org.). **Cadernos de Tradução – Linguística Cognitiva**. Tradução de Larissa Brangel; Dalby Dienstbach. Porto Alegre, n. 31, jul-dez, 2012, p. 7-46.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. DOI <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226471013.001.0001>.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980. Tradução brasileira: *Metáforas da vida cotidiana*. ZANOTTO, M. S. (coord. de tradução- Grupo GEIM). São Paulo: EDUC/ Mercado de Letras, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. Chicago: The University Chicago Press, 1999.

LANER, A. dos S. **Psicologia e trabalho na história**: da apropriação do tempo à busca da felicidade. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

LE GOFF, J. (org.). **O homem medieval**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, J. (org.). **Para uma outra idade média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2013.

MIGEOTTE, L. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. *In*: MERCURE, D.; SPURK, J. (org.) **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Tradução de Patrícia Reuillard e Sônia Taborda. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 17-62.

MOURA, A. R. de. **Hesíodo, os trabalhos e os dias** (Primeira parte). Curitiba: Segesta, 2012.

NUBIOLA, J. El valor cognitivo de las metáforas. *In*: PÉREZ-ILZARBE, P., LÁZARO-CANTERO, R. (ed.) *Verdad, bien y belleza: cuando los filósofos hablan de los valores*. **Cuadernos de Anuario Filosófico**. n. 103, Pamplona, 2000. p. 73-84. Disponível em: <http://www.unav.es/users/ValorCognitivoMetaforas.html>. Acesso em: 09 jan. 2015.

PETERSON, E. **A mensagem**: Bíblia em linguagem contemporânea. São Paulo: Vida, 2011.

Artigo recebido em: 06.08.2019

Artigo aprovado em: 06.12.2019